

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**

**O APAGAMENTO EPISTÊMICO DAS FILÓSOFAS DO SUL  
GLOBAL E SEUS MECANISMOS SILENCIADORES**

**STEPHANE SANTOS CARDOSO**

**Banca:**



**Profa Dra. Maria Clara Dias**



**Prof. Dr. Rafael Haddock-Lobo**



**Profa. Dra. Suane Soares**

**Nota final: 8,0 (oito)**

**Rio de Janeiro  
2021**

**STEPHANE SANTOS CARDOSO**

**O APAGAMENTO EPISTÊMICO DAS FILÓSOFAS DO SUL  
GLOBAL E SEUS MECANISMOS SILENCIADORES**

**Trabalho de conclusão de curso  
apresentado à Faculdade de Filosofia  
da Universidade Federal do Rio de  
Janeiro, como requisito parcial para  
obtenção do título de licenciado em  
Filosofia.**

**Orientação: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Maria Clara Dias**

## Rio de Janeiro 2021

**RESUMO:** Este texto tem como objetivo fazer uma reflexão crítica ao apagamento epistêmico sofrido pelas mulheres filósofas do sul global, devido às influências e imposições negativas iniciadas no período colonial. Também contém reflexões sobre o cânone filosófico e a colonialidade no campo do conhecimento. É também propósito deste trabalho afirmar a importância da descolonização no feminismo e na produção e transmissão do conhecimento filosófico, para que estas mulheres tenham suas vozes devidamente valorizadas na filosofia.

**Palavras-chave:** filósofas; apagamento epistêmico; cânone filosófico; descolonização

**ABSTRACT:** This text aims to make a critical reflection on the epistemic erasure suffered by women philosophers of the global south, due to influences and negative impositions initiated in the colonial period, it also contains reflections on the philosophical canon and coloniality in the area of knowledge. It is also the purpose of this paper to affirm the importance of decolonization in feminism and in the production and transmission of philosophical knowledge, so that these women have their voices duly valued in philosophy.

**Keywords:** women philosophers; epistemic erasure; philosophy canon; decolonization.

## **Introdução:**

Este trabalho busca fazer uma crítica à desigualdade de gênero presente na filosofia e ao apagamento epistêmico das mulheres filósofas do sul global, observando que estas ainda se fazem extremamente presentes em nossa sociedade contemporânea, dentro de nossos cursos de graduação e também na educação básica, refletindo preconceitos e hierarquias, as quais foram criadas no período colonial e impostas nas sociedades colonizadas. Esta grande desigualdade de gênero e raça também demonstra como o cânone filosófico ainda possui muitas restrições, as quais citarei ao longo do texto.

Para tal, após observar algumas citações sobre o grande desequilíbrio de gênero presente em nossos cursos de graduação de filosofia em universidades públicas do Brasil na pesquisa de Dantielli Assumpção Garcia e Anna Deyse Rafaela Peinhopf e sobre a baixa quantidade de docentes negras nas pós graduações públicas e privadas no ano de 2016, de acordo com o Censo de Educação Superior, na primeira parte do primeiro capítulo, utilizo como base o texto “Colonialidade e Gênero”, da filósofa María Lugones, de modo a relacionar a influência direta que a colonialidade e a colonização exercem sobre os corpos e mentes das mulheres negras e nativas dos países pertencentes ao sul global no período colonial, o que posteriormente ocasionou no apagamento e deslegitimação de seus conhecimentos e de suas vozes na área da produção de conhecimento científico-filosófico, mesmo nas sociedades contemporâneas pós coloniais.

Por fim, no segundo capítulo, analiso e explico dois mecanismos utilizados pelo cânone filosófico para silenciar estas mulheres filósofas latino-americanas, a injustiça epistêmica testemunhal, apresentada por Miranda Fricker em seu livro *“Epistemic Injustice: Power and The Ethics of Knowing”* e o epistemicídio utilizado por Sueli Carneiro em sua tese de doutorado *“A Construção do Outro como não-ser como fundamento do Ser”*. Na terceira parte do segundo capítulo afirmo a importância da descolonização dentro do conhecimento para que não haja mais tamanha desigualdade para com estas mulheres filósofas, de modo que seus saberes e filosofias sejam valorizadas e suas vozes não mais silenciadas dentro da produção e transmissão do conhecimento filosófico, trazendo novas perspectivas e referências para a criação de muitas filosofias, não apenas uma.

## **1. A desigualdade de gênero na filosofia, o apagamento das mulheres filósofas do sul global, a colonialidade e o colonialismo.**

### **1.1. A desigualdade de gênero na tradição filosófica e nas instituições acadêmicas.**

As mulheres filósofas sempre estiveram presentes ao longo de toda a história da filosofia (HAGENGRUBER, 2019). Todavia, é possível notar que há pouca presença das filósofas nas bibliografias acadêmicas e escolares. O acesso às suas obras intelectuais e filosóficas foi, e ainda é, extremamente dificultado e suas filosofias “apagadas”, ou deixadas de lado dentro da história da filosofia ocidental. Como exemplo deste apagamento, podemos observar a conhecida e renomada coleção de livros de filosofia “Os pensadores”, a qual apesar de possuir 52 volumes publicados, em nenhum destes é possível encontrar mulheres filósofas, como se elas não tivessem existido ao longo dos 25 séculos de filosofia reunidos nestes livros, como bem dito por Juliana Ortegosa Aggio e Sílvia Faustino de Assis Saes na apresentação do livro e dossiê “Filósofas”, do qual são organizadoras.

Também é notável que esta visão de pouca ou não existência de mulheres filósofas, por muito tempo presente na história da filosofia ocidental, ainda é muito comum em nosso dia-a-dia, até mesmo nas coisas mais sutis. Exemplo disto é o fato de, ainda no ano de 2021, as maiores ferramentas utilizadas para a elaboração e edição de documentos e textos não reconhecerem a existência das palavras “filósofas” e “pensadoras”, sugerindo que ambas sejam alteradas para o modo masculino ou para outras palavras, para que assim sejam consideradas corretas.

Dentro das universidades brasileiras, é possível observar o apagamento e a escassez da presença das mulheres filósofas a partir da análise dos planos político-pedagógicos dos cursos de graduação de filosofia em algumas universidades federais. Análise a qual demonstra que a grande maioria das disciplinas obrigatórias ofertadas nessas instituições tem como bibliografia básica e complementar apenas filósofos, nos mostrando o intenso desequilíbrio e desigualdade de gênero presentes nas bibliografias e instituições acadêmicas.

Como aponta a pesquisa realizada por Dantielli Assumpção Garcia e Anna Deyse Rafaela Peinhopf, a partir do estudo de ementas de disciplinas obrigatórias de história da filosofia do curso de graduação em filosofia, em 15 universidades federais espalhadas por todas as regiões do país. Estando duas localizadas na Região Centro-oeste, quatro na Região Nordeste, três na Região Norte, três na Região Sudeste e três na Região Sul.

Nossas análises apontam que, das 90 disciplinas das 15 universidades selecionadas, o total de 1.689 textos foram citados como bibliografia básica e complementar, dentre os quais 65 são de autoria feminina e 1.624 de masculina. Esses dados, exageradamente desiguais, demonstram como, em nosso atual contexto de produção, mas também durante a história do desenvolvimento da civilização humana, as mulheres foram silenciadas enquanto produtoras de conhecimento científico-filosófico. (GARCIA, Dantielli e PEINHOPF, Rafaela, 2020. Pág. 170)

Ao olhar para a área de filosofia na educação básica, também é notável a escassez da presença de mulheres filósofas nos planos de curso de filosofia do ensino médio, bem como nos materiais e livros didáticos utilizados nas aulas de filosofia, como bem dito por Joana Tolentino, doutora em filosofia pela UFRJ e professora do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, em seu artigo “Entre filósofas: gênero, decolonialidade e o lugar de fala das mulheres na filosofia.”

Os manuais filosóficos, os livros didáticos e paradidáticos, bem como as coletâneas historiográficas da filosofia, confirmam empiricamente esse silenciamento das obras filosóficas das mulheres, pois é possível constituir um livro inteiro nesses formatos excluindo absolutamente qualquer voz feminina da filosofia. (TOLENTINO, Joana, 2019, pág 103)

A partir das citações apresentadas, é perceptível que a filosofia ainda é uma área extremamente masculinizada, mas também é fato que esta é muito embranquecida e em grande parte focada em perspectivas eurocentradas. O cânone filosófico se demonstra intensamente hegemônico, o qual acaba sendo excludente com tudo aquilo que não se encaixa em seu padrão patriarcal, eurocentrado e branco. Como principais agravantes deste intenso desequilíbrio de

gênero vemos o machismo e o sexismo, os quais atingem as mulheres em todas as áreas de suas vidas, as desqualificando, não ficando de lado a área da produção de conhecimento e da filosofia, como demonstram os baixos números de mulheres filósofas sendo estudadas dentro dos cursos de graduação em filosofia das universidades federais brasileiras. Mas, também é possível observar que as mulheres filósofas negras, indígenas e/ou latino-americanas apresentam ainda mais dificuldades em serem reconhecidas como produtoras de conhecimento científico-filosófico e terem suas vozes ouvidas no âmbito filosófico. Isso ocorre, porque estas mulheres, ou suas antepassadas, estão ou já estiveram localizadas geograficamente em lugares que passaram pelo processo de colonização, de modo que seus corpos, a cor de sua pele ou seus traços fenotípicos recebem olhares preconceituosos.

O processo de colonização originou uma série de desqualificações e hierarquizações raciais e de gênero, as quais deram início a diversos tipos de agressões físicas e intelectuais contra as mulheres nativas colonizadas e escravizadas. De modo que tais ideias, acerca destes grupos historicamente marginalizados, permanecem até os dias de hoje no imaginário ocidental e até mesmo no imaginário daqueles países que já não são mais colônias, mas tiveram a base de sua sociedade fundamentada sobre ela. Por este motivo, vemos casos de racismo epistêmico, epistemicídio, colonização epistêmica e injustiça epistêmica atrelados ao machismo e sexismo, formando um conjunto que age como silenciador e apagador destas vozes femininas negras, indígenas e latino-americanas dentro do cânone da filosofia e no âmbito da produção e transmissão do conhecimento num geral, como nos conta Sandra Suely Lurine Guimarães ao analisar os dados do Censo Superior de educação do ano de 2016.

Essa realidade fica particularmente evidente quando se constata que de acordo com o Censo Superior de Educação com dados de 2016, menos de 3% das docentes dos cursos de pós-graduação do Brasil, incluindo instituições públicas e privadas, são negras. Esse percentual, ínfimo, engloba as mulheres que se auto declararam pretas e pardas. Entretanto, quando se considera os dados sobre as mulheres que auto declararam pretas, o universo é ainda menor, em torno de 0,4%. O mesmo Censo apontou que as mulheres brancas representavam 19% das docentes. (GUIMARÃES. Sandra, 2020, pág. 1)



Os dados do Censo Superior de Educação demonstram que os números de mulheres negras como docentes em pós graduações públicas e privadas no Brasil no ano de 2016 eram extremamente baixos, comprovando empiricamente como estas mulheres racializadas ainda são minorias nas posições de destaque de produção e transmissão do conhecimento em nosso país, por conta do intenso conjunto de preconceitos e falta de oportunidades que as atingem.

## **1.2 A colonialidade, o colonialismo e a inferiorização das mulheres racializadas.**

Ao fazermos o recorte geográfico acerca da invisibilização das mulheres na filosofia, é possível perceber a piora do apagamento epistêmico sofrido por mulheres filósofas indígenas, latino-americanas, africanas, afro-diaspóricas e do sul global. O que está diretamente ligado ao fato de que estas mulheres passaram por processos extremos de desumanização, deslegitimação e subalternização devido a colonização e a colonialidade.

Em sua obra, “Colonialidade e Gênero”, a filósofa María Lugones se aprofunda acerca da intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero a fim de compreender os motivos da indiferença dos homens, principalmente dos homens não-brancos, com relação às violências e preconceitos sistemáticos que atingem as mulheres não brancas, já que estas últimas são vítimas da colonialidade do poder, conceito trazido pelo sociólogo Aníbal Quijano. Lugones busca unir este conceito de ‘colonialidade do poder’ e trabalhos do feminismo descolonial, os quais falam sobre raça, gênero e colonização, chegando ao conceito nomeado de ‘sistema moderno-colonial de gênero’ criado por ela a partir da intersecção de ambos (LUGONES, 2008).

A colonialidade do poder, de acordo com Aníbal Quijano, se trata de uma forma de entender o novo modo de dominação criado no período moderno/colonial

e suas estratégias, o qual está fundamentado na classificação e divisão mundial com base na raça/etnia. A colonialidade desempenha um papel fundamental dentro do padrão mundial do poder capitalista, pois é uma de suas constituintes. “Quijano entende que o poder está estruturado em relações de dominação, exploração e conflito entre atores sociais que disputam o controle dos “quatro âmbitos básicos da vida humana: sexo, trabalho, autoridade coletiva e subjetividade/intersubjetividade, seus recursos e seus produtos”.” (LUGONES, 2008). A colonialidade se difere do colonialismo histórico, pois “o colonialismo não inclui, necessariamente, relações racistas de poder. Ainda assim, o nascimento e extensão da colonialidade, enraizada e espalhada pelo planeta, se fazem estreitamente relacionados com o colonialismo” (LUGONES, 2008), a colonialidade é mais duradoura e também estável.

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal.” (QUIJANO, Anibal, 2010, p.84).

Todavia, Lugones faz uma crítica ao modo como Quijano compreende as disputas pelo controle do sexo, seus recursos e produtos, e como ele define a esfera sexo/gênero, pois ela afirma que estes acabam interpretados por ele de modo patriarcal e heterossexual, afirmando que “ele aceita o entendimento capitalista, eurocêntrico e global sobre o gênero.” (LUGONES, 2008). Portanto, é a filósofa quem se dedica a compreender “os traços historicamente específicos da organização do gênero em seu sistema moderno/colonial” (LUGONES,2008), utilizando como base de sua teoria o conceito de colonialidade do poder de Quijano, mas acrescentando a noção de gênero de igual pra igual com a noção de raça/etnia.

É de grande importância pontuarmos aqui que a colonialidade não se limita aos processos de destruição apenas do exterior dos corpos, através da dominação, escravização e genocídio dos povos colonizados. Agindo no “imaginário da

sociedade mundial” e também contra o intelecto dos colonizados, pois os colonizadores também atuaram destituindo estas pessoas de racionalidade, menosprezando seus saberes e culturas nativas, e se referindo a elas como animais ou seres sem alma, com o objetivo de facilitar a ideia da colonização e seus processos de dominação, escravização e genocídio, por mais absurdos que fossem. Visão a qual se espalhou por quase todo o globo com a expansão da dominação da sociedade ocidental, de modo a hierarquizar os povos em prol de uma ideia universalizadora e hegemônica, a qual define que o modelo a ser seguido e aceito é o do homem (branco e europeu) racional criado na modernidade, originando a falácia de que este deve ser considerado universal e neutro, modelo e hierarquização que também se estendem para o campo do saber filosófico.

Como citado anteriormente, a colonialidade atua em todos os campos da vida social, outorgando a criação e imposição de “identidades geoculturais, sociais e raciais”, as quais não existiam previamente. Através destas novas identidades e dessa nova classificação etnico/racial mundial, ocorre a instauração de uma divisão dicotômica do mundo a partir da modernidade colonial, separando o mundo em pólos, “superior e inferior; racional e irracional; primitiva e civilizada; tradicional e moderna.” (LUGONES, 2008) De modo que, os pólos centrais são aqueles aos quais os colonizadores fazem parte, enquanto os colonizados estão localizados nas periferias. Divisão a qual define tudo aquilo que é daquilo que não é (TOLENTINO, 2019). Logo, todas as coisas que faziam parte do mundo colonizado passaram a ser consideradas periféricas, definidas como aquilo que não é, não-europeu, não-central etc. O mundo passou a ser observado através de uma lógica evolutiva, na qual a Europa é colocada a frente de todos na linha temporal das espécies, pois esta é a colonizadora do restante do mundo e centro capitalista mundial, sendo vista como preexistente ao padrão capitalista mundial colonial, de modo que todo o resto do mundo seria caracterizado como primitivo e “uma etapa anterior na história das espécies nesse caminho unidirecional.” (LUGONES, 2008). O que fortaleceu ainda mais o poder e duração da colonização, já que estas classificações

e preconceitos foram ampliados a todo o mundo ocidental, como é possível observar no trecho abaixo, de Aníbal Quijano.

Em todas as sociedades onde a colonização implicou a destruição da estrutura societal, a população colonizada foi despojada dos seus saberes intelectuais e dos seus meios de expressão (...). A longo prazo, em todo o mundo eurocentrado foi-se impondo a hegemonia do modo eurocêntrico de percepção e produção de conhecimento e numa parte muito ampla da população mundial o próprio imaginário foi, demonstradamente, colonizado. Last, but not least, a hegemonia eurocêntrica na cultura do mundo capitalista implicou numa maneira mistificada de perspectiva da realidade quer se trate do 'centro', quer da 'periferia colonial'. (QUIJANO, Anibal, 2010, p.124)

A colonialidade, como parte do sistema de poder, age em diversas áreas além da divisão e categorização racial da sociedade, inclusive na área da produção de conhecimentos, como nos conta Lugones na citação a seguir.

Desse modo, "colonialidade" não se refere apenas à classificação racial. Ela é um fenômeno mais amplo, um dos eixos do sistema de poder e, como tal, atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade/intersubjetividade, e atravessa também a produção de conhecimento a partir do próprio interior dessas relações intersubjetivas. (LUGONES, María, 2008, pág, 57-58).

Por meio da construção do "sistema capitalista eurocêntrico colonial" na modernidade, ocorreram muitas transformações forçadas em toda a estrutura das sociedades dos povos nativos que sofreram com a colonização. Tais transformações foram incorporadas nestas sociedades por meio de "processos heterogêneos, descontínuos, lentos, totalmente permeados pela colonialidade do poder, que violentamente inferioriza as mulheres colonizadas." (LUGONES, 2008, pág 74). O gênero, como um sistema trazido e imposto pelos colonizadores Espanhóis e Portugueses em algumas sociedades nativas colonizadas, como por exemplo a sociedade lorubá, se consolidando posteriormente no período o qual Lugones chama de modernidade tardia, desempenha um papel crucial na fragmentação não só das relações comunais e igualitárias dessas sociedades, mas também "do pensamento ritual, da autoridade e do processo coletivo de tomada de

decisões, e das economias.” (LUGONES, 2008, pág 74). A filósofa nos explica que o sistema de gênero possui dois lados, o ‘visível/iluminado’ e o lado ‘oculto/obscuro’. Desse modo, o lado visível e iluminado é o responsável pela construção hegemônica do conceito de gênero e das relações de gênero, estruturando a vida dos homens e das mulheres brancas burguesas e moldando o significado moderno/colonial de “homem” e “mulher” (LUGONES, 2008, pág 81). Enquanto o lado oculto e obscuro se apresenta de modo extremamente violento e genocida.

Ao passarem pelo processo de colonização, as mulheres nativas destes países dominados, as quais são caracterizadas como aquilo que não são, ou seja não brancas e não europeias, foram extremamente inferiorizadas, subordinadas, desumanizadas, escravizadas e até mesmo impossibilitadas de serem vistas e compreendidas como mulheres em toda sociedade ocidental pelos colonizadores, sendo tratadas como animais, como nos explica a filósofa María Lugones no trecho a seguir.

(..) Eram vistas e tratadas como animais, em um sentido mais profundo que o da identificação das mulheres brancas com a natureza, as crianças e os animais pequenos. As fêmeas não brancas eram consideradas animais no sentido de seres “sem gênero”, marcadas sexualmente como fêmeas, mas sem as características da feminilidade. As fêmeas racializadas como seres inferiores foram transformadas de animais a diferentes versões de mulher – tantas quantas foram necessárias para os processos do capitalismo eurocêntrico global. (LUGONES, María, 2008, pág 76).

Por conta desta desumanização e descaracterização de mulher imposta por meio da colonização, as mulheres africanas, afrodiáspóricas e as nativas latino-americanas não estavam contempladas nas pautas e lutas feministas, pois os movimentos feministas iniciais não demonstram a ligação existente entre as questões de gênero, classe e raça. Criando um movimento que compreende por mulher apenas as mulheres brancas, as quais eram caracterizadas como frágeis, delicadas, sexualmente passivas e dotadas de fraqueza corporal e intelectual. Características as quais foram socialmente construídas para exercer controle sobre a vida destas mulheres brancas, e afastá-las dos papéis de importância,

autoridade e produção de conhecimentos na sociedade. Os movimentos feministas do século XX acabam por ter estas mulheres como único modelo de suas demandas, esquecendo que tais aspectos não se encaixavam em todas as mulheres. Principalmente nas mulheres negras e indígenas, caracterizadas pelo oposto, sofrendo com assédios e agressões sexuais de todo o tipo e consideradas fortes o suficiente para suportar todos os modos de trabalho que lhes fosse imposto no processo de escravização. Estas mulheres também não tinham como característica atribuída pelos colonizadores nenhum tipo de feminilidade e muito menos delicadeza. “Começando o movimento de “liberação da mulher” com essa caracterização da mulher como o branco da luta, as feministas burguesas brancas se ocuparam de teorizar o sentido branco de ser mulher, como se todas as mulheres fossem brancas.” (LUGONES, María, 2008, pág 76).

Lugones cita em seu texto, que nos trabalhos de Oyèrónkẹ Oyěwùmí e Paula Gunn Allen fica explícito que as mulheres colonizadas, mesmo que se transformassem em uma “versão alternativa das mulheres brancas burguesas”, recebendo a atribuição de gênero, não recebiam os privilégios que estas mulheres brancas possuíam, ficando apenas com a inferiorização sofrida pelo fato de serem mulheres. Ou seja, as mulheres colonizadas não conseguiam alcançar o mínimo de igualdade nem mesmo para com as outras mulheres (brancas) da sociedade, ficando para trás enquanto a luta feminista branca avançava. Podemos ver, então, que a animalização e a inferiorização das mulheres do sul global estão diretamente ligadas ao fato de que, ainda hoje, estas mulheres enfrentam mais dificuldades para serem ouvidas e compreendidas como capazes de fazer filosofia, por isso ainda se faz presente o apagamento dessas epistemes pelo pensamento hegemônico extremamente masculino e eurocentrado que há no âmbito filosófico e acadêmico. É notável que mesmo na luta feminista estas mulheres racializadas não estavam englobadas pelas mesmas pautas que as mulheres brancas europeias, e enquanto estas últimas conquistavam mais direitos na sociedade e maior possibilidade de acessarem espaços intelectuais, serem ouvidas e produzir conhecimentos

filosóficos, as mulheres colonizadas ainda não eram plenamente reconhecidas como mulheres.

Ao observarmos os fatos citados acima, se torna indispensável a existência de um feminismo decolonial ou descolonial, o qual é capaz de suprir as demandas de luta destas mulheres do sul global, que passaram pela colonização e suas transformações/imposições. O feminismo decolonial se propõe a ser mais abrangente e plural nas questões de gênero, sexualidade, classe e raça. Pois deve ser levado em consideração o fato de que estas mulheres racializadas passam por opressões, preconceitos e silenciamentos devido a colonialidade, os quais são diferentes dos processos sofridos pelas mulheres brancas que estão localizadas nos pólos centrais do mundo ocidental e, conseqüentemente, do campo do saber filosófico (tendo maior possibilidade de serem ouvidas e legitimadas). Se torna extremamente necessária a existência de um feminismo que não seja hegemônico, tendo em vista que este ignora as questões acerca da colonialidade e também da interseccionalidade presente nas relações de raça, classe, sexualidade e gênero (LUGONES, 2008, pág. 54).

Na intersecção entre “mulher” e “negro” há uma ausência onde deveria estar a mulher negra, precisamente porque nem “mulher” nem “negro” a incluem. A intersecção nos mostra um vazio. Por isso, uma vez que a interseccionalidade nos mostra o que se perde, ficamos com a tarefa de reconceitualizar a lógica da intersecção, para, desse modo, evitar a separação das categorias existentes e o pensamento categorial. (LUGONES, María. 2008, Pág 62)

No fragmento acima, Lugones faz uma crítica ao pensamento categorial, pois é necessário se atentar ao fato de que quando entendemos as categorias de “raça” e “gênero” como coisas completamente separadas acabamos por invisibilizar determinados grupos que não se mantêm em apenas uma categoria, mas sim no meio de dois ou mais grupos, pois quando pensamos com base em categorias sempre tendemos a focar na parte dominante deste grupo. Como exemplo a filósofa cita a categoria “mulher”, pois quando pensamos nesta categoria, na maioria das vezes teremos a imagem de mulheres brancas e heterossexuais. Assim como

quando pensamos a categoria “negro” teremos a imagem de homens negros heterossexuais (LUGONES, 2008). Logo, as mulheres negras ficam apagadas, pois não são a parte dominante de nenhuma das duas categorias, estão exatamente na intersecção destas e acabam sendo esquecidas, pois quando categorizamos promovemos o apagamento das intersecções e não a inclusão de todos. Portanto, quando pensamos no feminismo sempre teremos em mente as demandas das mulheres brancas, sendo necessário que haja a existência de um feminismo descolonial que englobe o que o feminismo hegemônico não consegue, por conta da categorização, como a filósofa explica no trecho abaixo.

Somente ao perceber gênero e raça como tramados ou fundidos indissolavelmente, podemos realmente ver as mulheres de cor. Isso significa que o termo “mulher”, em si, sem especificação dessa fusão, não tem sentido ou tem um sentido racista, já que a lógica categorial historicamente seleciona somente o grupo dominante – as mulheres burguesas brancas heterossexuais – e, portanto, esconde a brutalização, o abuso, a desumanização que a colonialidade de gênero implica. (LUGONES, María. 2008, Pág. 62)

Muitas das vezes a própria filosofia é utilizada pelos dominadores para proteger seus privilégios e se manterem hegemônicos no campo do saber, sendo vistos como universais e neutros, agindo como definidores de tudo o que é ou pode ser, e acabam por marginalizar, subalternizar e diminuir intelectualmente determinados grupos, como as mulheres negras, indígenas e latino-americanas, legitimando a perpetuação desses silenciamentos e preconceitos no campo do saber, definindo o que pode ser considerado conhecimento e filosofia ou não, a partir de uma perspectiva de colonização e animalização dos corpos e mentes das pessoas nativas que foram colonizadas, criando uma hierarquização na área da produção de conhecimento, por meio da colonização epistêmica, definindo que tudo aquilo que não é produzido por vozes de pessoas, predominantemente masculinas e brancas localizadas nos centros mundiais, não é filosofia e deve ser descartado. Além de diminuídas na sociedade pelos papéis de gênero, estas mulheres do sul global também são racializadas e enfrentam estas opressões referente aos preconceitos raciais. A divisão mundial criada na colonização acaba



fixando no imaginário mundial que apenas os homens brancos e europeus (ou localizados em países centrais) são capazes de pensar filosoficamente, produzir e transmitir esses conhecimentos, pois a colonização ainda é uma ferida que não foi completamente cicatrizada como diz Suzana de Castro, "ferida colonial que permanece aberta" (CASTRO, Suzana, 2020, pág 12), sendo necessário que haja um processo de descolonização e desconstrução dessa visão criada e imposta pela colonização.

Ainda de acordo com a filósofa María Lugones, em uma palestra em 'live' no canal do Youtube "História em quarentena" sobre o tema colonialidade e gênero no ano de 2020, as pessoas que vivem em países que passaram pelo processo de colonização construíram também seus hábitos e relações com o outro através de um modelo de vida imposto pelos colonizadores, e que este se mantém presente no mundo pós colonial, mesmo anos após a independência destes países. Logo, mesmo que os países historicamente colonizados tenham conquistado a independência, ainda se faz presente em diversos campos da vida, sendo um destes o campo do saber, resquícios de imposições, hierarquização, preconceitos, deslegitimação e desumanização promovidas pela colonização e pela colonialidade, não só nos países que passaram por esta, mas em grande parte da sociedade ocidental, por conta da expansão destes ideais colonizadores pelo mundo. O que reflete diretamente na área da filosofia, sendo notável até mesmo por meio de nossas experiências dentro das universidades e das instituições de ensino básico, o apagamento epistêmico sofrido pelas mulheres filósofas negras, nativas e do sul global, mesmo dentro de seus próprios países de origem. Portanto, como pessoas brasileiras, faz parte do nosso processo de descolonização e de busca pela humanização destituída, a retomada de valores culturais e intelectuais forçadamente apagados pela dominação colonizadora.

## **2. Os mecanismos do apagamento epistêmico e a necessidade da descolonização.**

### **2.1. A injustiça epistêmica**

Além das mazelas causadas as mulheres pelo patriarcado, sexismo e machismo, e das dificuldades impostas às mulheres racializadas pelos preconceitos raciais. Existem ainda outros mecanismos os quais são motivos para estas intensas desigualdades de gênero e raça presentes ao longo de toda história da filosofia e também ainda vista nos dias de hoje, como pudemos observar, dentro dos currículos acadêmicos e escolares. Um destes instrumentos de propagação do silenciamento, apagamento epistêmico e do preconceito na área do saber, é a injustiça epistêmica. Descrita pela filósofa Miranda Fricker, pelo ato de “fazer mal a uma pessoa especificamente em sua capacidade como conhecedora de algo” (FRICKER, 2007, pág. 1), minimizando sua habilidade como sujeito capaz de elaborar conhecimentos e/ou repassá-los aos outros, impedindo que haja a colaboração deste indivíduo na produção de conhecimento e também em sua transmissão. Fricker, em seu livro “Epistemic Injustice: Power and the Ethics of knowing”, nos conta que existem dois tipos de injustiças epistêmicas. A injustiça testemunhal e a injustiça hermenêutica.

Neste trabalho é possível observar especificamente a ação da injustiça epistêmica testemunhal sobre as mulheres filósofas, pois “a injustiça testemunhal ocorre quando o preconceito faz com que o ouvinte dê um nível baixo de credibilidade para a palavra da pessoa que está falando” (FRICKER, 2007, pág. 1). Ou seja, o preconceito faz com que o testemunho ou voz de uma pessoa não seja visto como algo válido ou legítimo, sem que haja boas razões ou críticas verdadeiramente embasadas para isso. Ademais, a visão preconceituosa criada acerca desta determinada pessoa ou grupo, o qual a autora utiliza como exemplo as pessoas negras que são desacreditadas pela polícia unicamente por conta do preconceito contra sua cor de pele, mas que por comparação estendo aos casos das mulheres filósofas do sul global, e impossibilita que estas sejam reconhecidas

como produtoras de conhecimentos científicos-filosóficos, causando a descredibilização de seus testemunhos e o apagamento destas no âmbito do conhecimento filosófico e na história da filosofia, promovendo uma intensa desigualdade entre homens e mulheres no campo da filosofia, e também entre mulheres brancas e mulheres racializadas, tanto dentro da tradição histórica filosófica, como dentro das instituições de ensino e cursos de graduação de filosofia.

Assim sendo, as mulheres filósofas não se encaixam dentro do, já citado, cânone filosófico, já que este é formado majoritariamente por homens brancos e europeus, os quais, em sua maioria, possuíam ao longo da história uma visão extremamente sexista e machista sobre as mulheres, as deslegitimando preconceituosamente e impedindo que elas ocupassem espaços definidos pelos papéis de gênero como masculinos. Negando por muito tempo a possibilidade de que estas fossem vistas como pensadoras assim como eles, e muitas das vezes se apropriando indevidamente de seus trabalhos e pesquisas sem que estas tivessem o devido crédito e visibilidade pelos seus esforços e trabalhos. Desta forma se construiu uma hegemonia na filosofia, a qual definia e ainda tenta definir, apesar de muita resistência, que os únicos capazes de produzir o verdadeiro conhecimento filosófico são os homens brancos e europeus (ou de países centrais como os Estados Unidos), todo o resto do mundo não teria os pré requisitos para tal tarefa.

## **2.2 O epistemicídio.**

Além da injustiça epistêmica, também temos outros mecanismos silenciadores, fato é que alguns destes foram originados por meio dos processos de divisão e hierarquização dos povos, raças e culturas na época colonial, processos os quais além de criarem e imporem a categoria de raça, também impuseram o gênero e seus papéis nestas sociedades. A principal característica observada durante a colonização é a inferiorização dos povos nativos dos países invadidos pelos

colonizadores, como é o caso dos continentes Americano e Africano, dentre outros. Mas a inferiorização também atinge os povos que fazem parte da diáspora africana e latino-americana pelo mundo. De modo que, além dos processos de escravização e genocídio destas pessoas nativas, há também uma desvalorização de seus saberes, culturas e conhecimentos, que os persegue e perdura na atualidade, e se dá através do epistemicídio.

A epistemologia é a área da filosofia a qual investiga de que modo e se podemos obter conhecimentos, sua validade e veracidade. A palavra tem origem a partir da fusão de dois termos gregos, *episteme*, a qual significa conhecimento, e *logos*, que pode ser entendido como ciência. A escritora Grada Kilomba nos conta que cabe à epistemologia determinar

1.(os temas) quais temas ou tópicos merecem atenção e quais questões são dignas de serem feitas com o intuito de produzir conhecimento verdadeiro. 2. (os paradigmas) quais narrativas e interpretações podem ser usadas para explicar um fenômeno, isto é, a partir de qual perspectiva o conhecimento verdadeiro pode ser produzido. 3. (os métodos) e quais maneiras e formatos podem ser usados para a produção de conhecimento confiável e verdadeiro. (KILOMBA, Grada, 2008, pág.05)

A partir da explicação do que é epistemologia, podemos definir o que é o epistemicídio. Caracterizado pelo ato de inferiorizar e omitir ou apagar o saber e produção de conhecimento científico-filosófico de todo um povo, mais especificamente aplicado aos saberes dos povos marginalizados e das minorias, como é o caso dos povos negros africanos e afrodiáspóricos, indígenas e nativos latinos-americanos. De modo que, ao silenciar estas vozes, há uma supervalorização dos conhecimentos produzidos por homens brancos europeus e posteriormente norte-americanos, pois estes continentes e países são considerados os pólos centrais do mundo ocidental e conseqüentemente "superiores" dentro da lógica colonial que ainda nos atravessa, criando e reforçando uma hegemonia no campo do saber e teoria do conhecimento. O epistemicídio também é utilizado como um mecanismo para proteger esta hegemonia eurocentrada, branca e masculina, pois desconsidera e deslegitima tudo que não

faz parte dela. Dessa maneira, apesar do mundo ser extremamente pluricultural, complexo e diverso, criou-se a ideia da existência de apenas uma cultura, uma produção de conhecimento, uma religião e uma filosofia, as quais de acordo com a hierarquização e divisão colonial dos povos, devem ser consideradas universais, e são impostas pelos povos dominantes e colonizadores.

Também faz parte da ação do epistemicídio impedir essas pessoas marginalizadas de serem compreendidas como sujeitos capazes de produzirem seus próprios conhecimentos, através de suas próprias visões de mundo, e que estes sejam vistos como legítimos em uma escala global, as destituindo de racionalidade e os desumanizando. Deste modo, o epistemicídio se torna um dos principais pilares de sustentação da dominação racial, em conjunto com o genocídio, pois veta toda possibilidade de expressão e criação destas pessoas dominadas, negando toda sua cultura e a produção de seus saberes científicos e filosóficos. De modo que, toda a racionalidade dessas pessoas é utilizada apenas para exercer o trabalho escravizado e tentar se manterem vivas, enquanto nesses processos acabam assimilando a religião, cultura, língua e os conhecimentos impostos pelos colonizadores.

Os fatos citados acima provocam na atualidade um grande impacto negativo no campo do saber, já que também impedem que estas pessoas racializadas alcancem a ascensão social e posições de maior destaque dentro da nossa sociedade, sendo as pessoas negras e indígenas minorias dentre os estudantes e professores acadêmicos universitários. E quando estas pessoas alcançam estes lugares, a partir de muita luta, a hegemonia extremamente eurocentrada do saber, faz com que toda produção de conhecimento filosófico que é feita por pessoas racializadas, tanto as pessoas que produzem dentro de seus países de origem, os quais já são historicamente inferiorizados dentro do cânone, quanto em pessoas que são expatriadas, que estudam e produzem conhecimentos em países que não são o de sua origem, seja menosprezada e deslegitimada. Havendo uma disputa dentro destes espaços acadêmicos (CARNEIRO,2005) para que o conhecimento hegemônico seja considerado universalmente válido e neutro, justificando que por

haver esta universalidade, não há necessidade de termos uma maior pluriversalidade dentro do campo do saber, e que o que estes grupos epistemicamente inferiorizados produzem não pode ser considerado filosofia, sendo muitas das vezes definido como “discurso militante” (CARNEIRO,2005). O epistemicídio mais um mecanismo que age impedindo que as mulheres filósofas que vivem ou têm origem em países localizados no sul do globo sejam ouvidas, reconhecidas e legitimadas dentro dos estudos filosóficos, “matando” suas produções de conhecimentos científicos e filosóficos e promovendo esta intensa desigualdade racial e de gênero dentro dos ambientes acadêmicos e na tradição histórica do conhecimento e da filosofia.

A filósofa Sueli Carneiro, em sua tese de doutorado “*A Construção do Outro como não-ser como fundamento do Ser*”, nos explica que o epistemicídio, além de promover o apagamento e inferiorização dos conhecimentos produzidos por estes grupos marginalizados, também age como promotor da indigência cultural destas pessoas. Já que age privando essas pessoas de acessarem uma educação de qualidade, menosprezando suas capacidades intelectuais e cognitivas a partir da negação destes grupos como produtores de conhecimento e também diminuindo a autoestima deles por meio dos processos de discriminação dentro dos ambientes educacionais no decorrer do aprendizado. O epistemicídio opera diretamente contra a racionalidade destas minorias, como é possível observar no trecho a seguir.

“O epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Por isso, o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender” ( CARNEIRO, Sueli, 2005, pág 97).

### **2.3 A necessidade da descolonização epistêmica.**

Como foi possível observar ao longo deste trabalho, a colonialidade e a colonização desempenham um papel de poder, o qual age diretamente em todos os campos e áreas dentro das sociedades colonizadas e também no imaginário global, promovendo a criação e imposição de divisões e hierarquizações de raça e gênero. De modo que tudo que se constrói na sociedade a partir destas bases coloniais, não está liberto das amarras e categorias trazidas pela colonização e a colonialidade, que como visto anteriormente, se fazem presentes mesmo nos países que vivem o período pós colonial, não sendo diferente no âmbito da produção dos conhecimentos e das filosofias. Portanto, quando construímos e transmitimos nossos saberes sem pensarmos que eles são gerados a partir destas perspectivas coloniais e hierarquizadoras, acabamos por excluir, apagar e deslegitimar toda produção de conhecimento, através dos mecanismos de apagamentos citados no capítulo anterior, que não é obtida através da perspectiva dominante e hegemônica, como é o caso das mulheres filósofas negras, indígenas e/ou latino americanas (mas não apenas), às quais ainda são atingidas por diversos tipos de preconceitos, e por consequência excluídas e apagadas da produção de conhecimento filosófico e também da sua transmissão.

Por este motivo, é necessário que haja a descolonização epistêmica não só nas bibliografias a serem ensinadas e cobradas dentro das instituições de ensino e dos currículos adotados na educação básica, mas também nos padrões e modelos epistemológicos que se fazem presentes na intelectualidade de nosso país (OLIVEIRA; LIMA, 2015, p. 15). Estas mudanças são necessárias para que possamos produzir conhecimentos não mais focados em uma única perspectiva eurocentrada, masculinizada e branca, considerada universal, de forma exclusiva. Também é de grande importância olharmos para os conteúdos e bibliografias filosóficas das academias e escolas de forma não hierarquizada, de modo a não perpetuarmos tais apagamentos e inferiorizações. Para que possamos introduzir nestes espaços de produção e transmissão do saber, epistemologias que também são criadas com base em outras referências intelectuais e em outros problemas filosóficos, como as filosofias pensadas pelas mulheres negras, indígenas e latino

americanas. E também para que seja possível valorizar e ouvir nossas próprias produções de conhecimentos filosóficos, que por tanto tempo tem sido violentamente silenciadas, desmerecidas e deslegitimadas pela tradição ocidental, não por falta de qualidade nestas obras, mas por conta de diversos preconceitos previamente citados neste trabalho.



## **Considerações finais**

Como vimos ao longo deste trabalho a partir dos escritos de María Lugones e Anibal Quijano, a colonização e colonialidade exercem um papel de divisão do mundo em categorias raciais e de gênero que desempenham a função de hierarquizar os povos em todos os âmbitos possíveis da vida em sociedade, sendo tratado aqui principalmente como essas divisões e hierarquizações agem no campo da produção de conhecimento filosófico. Fazendo com que os povos dominados e vítimas da colonização sejam também inferiorizados racial e intelectualmente, de modo a provocar o intenso apagamento de suas culturas e epistemologias. Levando ao intenso desequilíbrio racial e de gênero presentes ao longo da história da filosofia nos dias atuais e ao apagamento epistêmico das mulheres filósofas latino-americanas dentro do cânone filosófico criticado aqui.

Este trabalho também nos mostra como se faz importante a inserção e valorização de mais bibliografias baseadas em obras de mulheres filósofas e mulheres filósofas latino-americanas e dos estudos de(s) coloniais em nossas universidades brasileiras, principalmente nos cursos de graduação e pós graduação de filosofia e também nos currículos de filosofia do ensino básico, para que seja possível diminuir cada vez mais a enorme desigualdade de gênero e racial nos espaços acadêmicos, tanto no que diz respeito às alunas de graduação, quanto às docentes, com a intenção de dar voz às mulheres que foram, por anos, violentamente silenciadas e deslegitimadas dentro da produção acadêmica filosófica, e entendermos que existem diversas filosofias de qualidade sendo produzidas, não apenas as pertencentes ao modelo hegemônico que é extremamente colonial, excludor, eurocêntrico e androcêntrico. Precisamos de mudanças em nossos currículos e nos planos de cursos do ensino básico, para que pouco a pouco não haja mais tantas desigualdades e silenciamentos e que sejamos capazes de superar esta perspectiva eurocêntrica que tenta nos moldar. Também precisamos nos libertar das amarras coloniais que ainda nos cercam e atrapalham e seus mecanismos apagadores, como a injustiça epistêmica e o epistemicídio, que insistem em nos silenciar.

É de extrema necessidade que ao pensarmos em filosofia, não nos venha à mente apenas a imagem de homens brancos e europeus, cujos pensamentos são considerados complexos demais e inacessíveis para determinadas pessoas e camadas da sociedade, mas ainda assim impostos como universais. Também é importante lembrar que o objetivo de transformar as perspectivas que ainda são demasiadamente eurocentradas, para que elas deixem de ser hegemônicas, não significa que as demandas descoloniais visam inverter os papéis e apagar da história e tradição filosófica toda a produção de conhecimentos feita por este grupo historicamente privilegiado dentro do campo do saber. Mas sim, que haja igualdade entre todas as filosofias existentes e que, a partir da descolonização do saber, não haja mais hierarquização da produção de conhecimento, sendo possível que estas vozes silenciadas por tanto tempo pelo cânone, sejam ouvidas e consideradas conhecimentos legítimos, sem mais preconceito pela cor da pele, o gênero, a sexualidade e o local geográfico.

## REFERÊNCIAS

- AGGIO, Juliana Ortegosa; SAES, Sílvia Faustino de Assis. **Dossiê Filósofas**. Revista ideação, v. 1, n. 42, jul-dez, 2020.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Curso de Educação – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CRUZ MACEDO, J. C.; SANTANA MACÊDO, D. DE J. **Educação, Currículo e a Descolonização Do Saber: Desafios Postos Para As Escolas**. Revista Tempos e Espaços em Educação, v. 11, n. 27, p. 301-312, 21 set. 2018.
- FRICKER, Miranda. **Epistemic Injustice: Power & The Ethics of Knowing**. New York, Oxford University Press Inc, 2007.
- GARCIA, Dantielli e PEINHOPF, Rafaela. **Mulheres e Filosofia: Efeitos de um Silenciamento**. Líng. e Instrum. Linguíst., Campinas, SP, v. 23, n. 45, 2020, p. 164-189.
- GUIMARÃES, Sandra; VERBICARO, Loiane. **Mulheres negras e o mercado de trabalho em tempos da pandemia no Brasil**. Disponível em: <https://www.filosofas.org/f%C3%B3rum/filosofas-em-quarentena/mulheres-negras-e-o-mercado-de-trabalho-em-tempos-da-pandemia-no-brasil>. Acesso em: 01 set. 2021.
- KILOMBA, Grada. **“The Mask”**. In: Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism. Münster: Unrast Verlag. 2. Auflage, 2010.
- LUGONES, María. **Colonialidade e Gênero**. In: DE HOLLANDA, Buarque Heloísa (orgs.). Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 54-88.
- MARIM, Caroline; CASTRO, Suzana de (orgs). **Políticas de Resistência, Homenagem à María Lugones**. Porto Alegre, Editora Fundação Fênix, 2020.
- OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. LIMA, Fabiana Ferreira de. **O Novo PNE e a Educação para as Relações Étnico-raciais: urgências para o currículo de formação inicial docente**. In: 37 Reunião Nacional da ANPED04-08 de outubro de 2015, UFSC, Florianópolis, Santa Catarina.
- QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder e classificação social**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). Epistemologias do sul. São Paulo: Cortez, 2010, p.84-130.

RIBEIRO, Nádja Junqueira. **As mulheres sempre existiram na Filosofia.**

Disponível em: <https://diplomatique.org.br/as-mulheres-sempre-existiram-na-filosofia/>. Acesso em: 01 set. 2020.

TOLENTINO, Joana. **Entre filósofas:** gênero, decolonialidade e o lugar de fala das mulheres na filosofia. Revista Estudos de Filosofia e Ensino. Rio de Janeiro: v. 1, n. 1, 2019.